

3. Outros resíduos líquidos, eventualmente gerados, em outras operações e atividades diversas levadas a efeito, de forma permanente ou sazonalmente no local, deverão ser objeto de procedimentos idênticos aos conferidos aos resíduos sólidos, devendo atender a Portaria IAP 212/2019 ou a que venha substituí-la.
4. Fica proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material, exceto nos casos definidos no artigo 15 da Resolução SEMA nº016/14.
5. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
6. No controle das condições de lançamento, é vedada, para fins de diluição antes do seu lançamento, a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade.
7. Os efluentes líquidos somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, no corpo receptor desde que obedeçam os limites e condições estabelecidos na presente Licença.
8. Para utilização agrícola dos resíduos gerados na atividade, deverá ser solicitada Autorização Ambiental específica, conforme estabelecido na Portaria IAP N.º 212/2019.
9. A presente Licença de Operação, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da Resolução CONAMA Nº 237/97 poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, sendo assim deverão ser apresentados os documentos e atendidos os condicionantes acima estabelecidos, caso contrário, a presente Licença de Operação será cancelada.
10. As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela Resolução CEMA nº 107, 09 de Setembro de 2020, ensejarão novos licenciamentos, prévio de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.
11. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso III da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 3º, Inciso VII da Resolução Nº 107/2020 - CEMA, 09 de Setembro de 2020, e autoriza a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.
12. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.
13. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, e seus decretos reguladores.
14. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.
15. Os critérios adotados para emissão da presente Licença de Operação poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.
16. Será proibido o lançamento de esgoto sanitário bruto e de quaisquer outros resíduos líquidos sem tratamento em galerias de águas pluviais.
17. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.
18. Os resíduos sólidos gerados e relacionados à atividade desenvolvida, quaisquer sejam e em qualquer época, com a finalidade de evitar danos ambientais, deverão ser convenientemente armazenados e reutilizados no próprio local e/ou, encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequada, em empreendimentos e atividades devidamente licenciados por este Instituto para a realização dos referidos serviços.
19. Deverá ser implantando e mantido em todo tempo, sistemas de conservação de solo nas áreas destinadas a infiltração de efluentes. Todos os equipamentos utilizados no processo utilizados no tratamento de resíduos e efluentes devem estar adequadamente dimensionados para o volume gerado.
20. Não está permitido o lançamento de efluentes no corpo hídrico.
21. Na ocasião da solicitação da renovação da presente licença deverão ser apresentados às autorizações ambientais de destinação de resíduos, conforme Portaria IAP nº 212/2019.
22. O combustível (cavaco) utilizado na produção de vapor não deverá ser queimado com umidade superior a declarada na aba "emissões atmosféricas" - 45%.
23. Com intuito de agilizar seu processo de licenciamento, solicitamos cadastrar os Relatórios de Emissões Atmosféricas, referente ao período da licença que está sendo renovada, na plataforma DEA - caminho www.sgadea.pr.gov.br ou no ícone de outro sistema no SGA, ou ainda na aba de emissões atmosféricas, utilizando a mesmo login e senha do SGA. O referido cadastrando deve ser realizado, informando os dados de cada medição individualmente, ano a ano.
24. Os resíduos sólidos gerados e relacionados à atividade desenvolvida, quaisquer sejam e em qualquer época, com a finalidade de evitar danos ambientais, deverão ser convenientemente armazenados e reutilizados no próprio local e/ou, encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequadas, em empreendimentos e atividades devidamente licenciados por este Instituto para a realização dos referidos serviços.
25. Efetuar tratos silviculturais - controle de pragas, sobretudo da família Formicidae, nas áreas de eucaliptos que recebem o efluente final.
26. Manter a unidade de compostagem operando adequadamente para evitar e emissão de odores nauseabundos.
27. Apresentar em um prazo máximo de 120 dias projeto contendo:
- a) Alternativa de reuso das fontes potencial ou efetivamente poluidoras dos recursos hídricos e do solo, devendo buscar práticas de gestão de efluentes com vistas ao uso eficiente da água, à aplicação de técnicas para redução da geração contemplando aspectos de reutilização do efluente após o devido tratamento;
- b) Projeto de irrigação ATUALIZADO, contemplando inclusive a ampliação da área de infiltração, que contenha cálculos que avalie a concentração de sódio em relação ao cálcio e magnésio - Relação de Adsorção de sódio - RAS e de Carbonato de Sódio Residual - CRS bem como a classificação no efluente no Diagrama para classificação de águas para irrigação.
28. c) Implantação de lagoa de detenção/armazenamento para períodos chuvosos, indicando os parâmetros considerados para o dimensionamento da lagoa, considerar inclusive séries histórica de chuvas, taxa de aplicação do efluente do solo, de forma a evitar o escoamento superficial e acúmulo de material (ions) acima da capacidade extração da cultura implantada, etc).

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO
EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO

Cascavel, 10 de Março de 2021	Assinatura do Representante
Súmula dessa licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da resolução CONAMA nº 006/86. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível.	<div>MARLISE DA CRUZ Escritório Regional de Cascavel</div>